

ATA DA 6ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE ESTUDOS GERIAS – CTEG - 01.08.2019.

1 Ao primeiro dia do mês de agosto de 2019, às 09h50m, o Comitê das Bacias Hidrográficas dos
2 Rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim - Comitê Guandu-RJ, deu início à 6ª Reunião da
3 Câmara Técnica de Estudos Gerais (CTEG) do biênio 2019-2020, na sala 203 (altos da Farmácia
4 Universitária) da Sede da Secretaria Executiva do Comitê Guandu em Seropédica/RJ, tendo
5 como pauta os seguintes assuntos: **1 - Aprovação da minuta da ata da reunião de 04.07.2019;**
6 **2 - Análise e ajustes do plano de trabalho da atual gestão da CTEG; 3 - Apresentação PRO-**
7 **PSA: Metodologia de Valoração e Arranjo Institucional; 4 - Análise e Parecer do Plano**
8 **Ambiental da PCH Paracambi; 5 - Assuntos Gerais.** Os coordenadores Markus Stephan
9 (ADEFIMPA-RJ) e Amisterdan Ribeiro (P.M. Piraí) cumprimentaram a todos e deram início à
10 reunião. **1- Aprovação da minuta da ata da reunião de 04.07.2019;** O Sub-coordenador
11 Amisterdan Ribeiro (P.M. Piraí) perguntou se todos estavam de acordo com a ata e após breves
12 contribuições dos membros, a mesma foi aprovada. **2 - Análise e ajustes do plano de trabalho**
13 **da atual gestão da CTEG;** Fátima Rocha (AGEVAP) deu início a apresentação do plano de
14 trabalho que foi aprovado pelos membros. **3 - Apresentação PRO-PSA: Metodologia de**
15 **Valoração e Arranjo Institucional;** Gabriela Teixeira (AGEVAP) apresentou como funcionam
16 os projetos de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) atualmente ativos no Comitê Guandu-
17 RJ e apresentou a tabela com os critérios para valoração dos mesmos . Explicou que a
18 metodologia para definição de como são feitos os pagamentos será atualizada, pois ela foi feita
19 há dez anos, portanto está defasada. A nova metodologia foi detalhada para os presentes. José
20 Arnaldo (P.M. Nova Iguaçu) questionou de onde vem a definição das terras para a remuneração
21 e Gabriela Teixeira (AGEVAP) explicou que os dados são acessados no CAR (Cadastro
22 Ambiental Rural). Através de uma tabela, foi demonstrado que os valores praticados atualmente
23 pelos projetos de PSA do Comitê Guandu-RJ estão abaixo dos valores adotados por outros
24 projetos similares. Gabriela Teixeira (AGEVAP) esclareceu que o atual método de valoração não
25 está claro para os proprietários que participam do projeto, e essa mudança também vem para
26 corrigir esse problema. Amisterdan Ribeiro (P.M. Piraí) questionou o motivo do programa de
27 PSA pagar o produtor que tem uma Área de Proteção Ambiental em sua propriedade, em vista
28 de que a lei já o obriga a fazê-lo, afirmando que acha mais justo que aqueles produtores que
29 não têm obrigação por lei de preservar sua terra, mas mesmo assim querem participar do
30 programa, sejam mais valorizados. Gabriela Teixeira (AGEVAP) explicou que essas questões
31 foram bastante discutidas no GTIV e que a nova proposta de fórmula desenvolvida tentava
32 diminuir essas disparidades. Mariluci Martelleto (PESAGRO) questionou se o projeto de PSA
33 não engloba saneamento básico e a Gabriela Teixeira (AGEVAP) explicou que atualmente não,
34 mas que a nova proposta iria incluir, e em seguida apresentou a fórmula para o cálculo [PSA =

ATA DA 6ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE ESTUDOS GERIAS – CTEG - 01.08.2019.

35 X*Z*(1+N1+N2+N3)], que foi feita com base no modelo do Projeto Oásis, desenvolvido pela
36 Fundação Grupo Boticário. De acordo com a média praticada em projetos de PSA no Brasil,
37 foram apresentados o valor mínimo de R\$180,00 e o máximo de R\$12.000,00 por ano para cada
38 produtor. Gabriela Teixeira (AGEVAP) no entanto sugeriu uma alteração do mínimo de R\$
39 180,00 para R\$ 500,00. Para isso demonstrou quais seriam os impactos no aporte do Comitê.
40 Luiz Fernando (EMBRAPA) ponderou que a adoção do valor mínimo de R\$500,00 de forma
41 generalizada poderia beneficiar o pequeno agricultor que não se esforça em adotar práticas de
42 produção mais conservacionistas. Com a contribuição do Amsterdan Ribeiro (P.M. Piraí),
43 chegou-se a uma conclusão de manter R\$500,00 como valor mínimo, desde que o produtor
44 melhore anualmente a pontuação de sua propriedade nos critérios avaliados para fins de
45 valoração para continuar recebendo esse; caso contrário, será retirado o valor mínimo e o
46 produtor receberá o valor obtido através da equação. Nelson Reis (APEDEMA) concordou com
47 o incentivo aos pequenos produtores mantendo o valor mínimo. Cândida Serrão (FAM-Rio)
48 destaca a importância de se criar uma forma mais resumida para ser utilizada para o cálculo
49 para fins de melhor entendimento do produtor, pois a atual ainda está complexa demais. Gabriela
50 Teixeira (AGEVAP) explicou que a fórmula será explicada de maneira mais simples ao produtor
51 e que estava explicando-a em toda a sua complexidade para fins de entendimento por parte do
52 comitê, além do fato de que o produtor terá assistência técnica para auxiliá-lo no processo.
53 Gabriela Teixeira (AGEVAP) iniciou as explicações dos critérios presentes nos N1, 2 e 3 para
54 definição do valor pago ao produtor. Luiz Fernando (EMBRAPA) contribuiu acrescentando um
55 novo indicador em relação às culturas para a composição do fator N2. Mariluci Martelletto
56 (Pesagro-RIO) e Nelson Reis (APEDEMA) sugerem incluir no N3 o reaproveitamento de água
57 da chuva. José Arnaldo (P.M. Itaguaí) sugere que no futuro seja feita uma busca nos municípios
58 para que eles participem injetando dinheiro no projeto. Luiz Fernando (EMBRAPA) fala sobre
59 periodicidade de revisão do formato de cálculo e sobre a formação de agentes que poderiam
60 compartilhar a forma de cálculo com técnicos municipais, extensionistas e agricultores, e de
61 disseminar as informações de forma clara, eliminar subjetividade nos indicadores e fatores
62 utilizados no que está sendo proposto e os benefícios a serem oferecidos. Jaime Henrique
63 (SINTSAMA) questionou o tempo de três anos para revisão. Após explicações ficou acordado 3
64 (três) anos de periodicidade para revisão do formato de cálculo. Mediante contribuições, a
65 metodologia foi aprovada. **4-Análise e Parecer do Plano Ambiental da PCH Paracambi;**
66 Daiana Gelelete (AGEVAP) apresentou o plano e as demandas do INEA em relação ao plano,
67 para que fosse feita uma análise e atualização do mesmo, perguntando aos presentes como
68 gostariam que seja cumprida. A primeira sugestão foi que todos os membros analisem o plano

ATA DA 6ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE ESTUDOS GERIAS – CTEG - 01.08.2019.

69 e enviassem suas sugestões, ou a CTEG transfere a responsabilidade da análise para a
70 Secretaria Executiva, que seria posteriormente aprovada pela Câmara Técnica. Wladimir
71 Loureiro (FAM-RIO) cita que as considerações da secretaria executiva são importantes e que o
72 documento final deveria ser passado para considerações pela CTEG, com prazo de 60 dias a
73 partir do recebimento do documento por parte dos membros. José Arnaldo (P.M. Nova Iguaçu)
74 disse que pelo texto, o documento está sendo analisado 7 (sete) anos depois, logo seria os
75 resultados dele. Janaina Vettorazzi (CK Paracambi) pediu vistas ao processo para respaldar o
76 que já foi cumprido. Décio Tubbs (ABAS) destacou que há uma resolução do comitê que ampara
77 as decisões de EIA/RIMA. Sabina Campagnani (FURNAS), pediu um prazo maior para analisar
78 e poder opinar com mais consistência a análise. Nelson Reis (APEDEMA) sugere a criação de
79 um grupo de trabalho que teria a função de relatoria acerca do processo, de forma a dar mais
80 assertividade e celeridade a solicitação do INEA. Luiz Fernando (EMBRAPA) sugere uma futura
81 reunião para conclusões e alinhamentos para, aí sim, consultar a APA sobre o processo. Markus
82 Stephan (ADEFIMPA) lembra que já há grupos de trabalho suficientes e ocupando a agenda de
83 todos, e sugere que o documento seja enviado por e-mail e esmiuçar para então realizar uma
84 reunião extraordinária para concluir as opiniões. Por fim, ficou decidido 60 dias após o
85 recebimento dos documentos, sendo todo o processo, para o agendamento de uma reunião
86 extraordinária. Caso não se consiga cumprir a demanda, trabalha-se a ideia de criação de grupo
87 de trabalho. **ENCAMINHAMENTOS: secretaria executiva solicitar o processo da PCH**
88 **Paracambi como inteiro ao INEA. / Envio dos documentos aos membros para análise**
89 **durante 60 dias e agendamento de reunião para discussão do assunto. 5 - Assuntos**
90 **Gerais.** José Arnaldo (P.M. Nova Iguaçu) fez relatoria da reunião que teve com o comandante
91 do 4ºGBM/CBMRJ, contando sobre como apagaram o primeiro incêndio juntos. Sugere ter uma
92 reunião no Comando, fazer uma central de treinamento, relatou que existem a necessidade
93 manutenção dos carros (pick-ups) e pediu apoio da CTEG. Juliana Fernandes (AGEVAP)
94 comentou sobre o ato de compra dos EPIs para combate ao incêndio e que do total de itens, 10
95 (dez) já tem como concluídos a compra. Proposta de capacitação para quem vai combater o
96 incêndio. Mauro André (Defensores do Planeta) informou sobre a audiência pública, sábado
97 09:30 no Centro Desportivo Miécimo da Silva em Campo Grande que vai tratar de um aquífero
98 que se encontra vulnerável e há uma proposta para torna-lo numa APA. Janaina Vettorazzi (CK
99 Paracambi) sugeriu que o Comitê pense em mecanismos legais via INEA para contribuir
100 combate a queimadas criminosas para cobrar os gestores municipais. Amsterdan Ribeiro (P.M.
101 Piraí), comentou sobre o prazo da apresentação do seminário de integração que foi muito curto
102 e questionou o adiamento da mesma. Fátima Rocha (AGEVAP) explicou que ficou decidido pelo

ATA DA 6ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE ESTUDOS GERIAS – CTEG - 01.08.2019.

103 adiamento pois não estava conseguindo colocar todos os membros no mesmo dia e isso estaria
104 indo contra o objetivo de um evento de integração. Marcelo Cruz (AGEVAP) sugeriu que ao invés
105 de todas as instituições apresentarem, consultar quem teria o interesse de disponibilizar pôsteres
106 em uma área. Por fim, Amisterdan Ribeiro (P.M. Pirai) sugeriu a presença dos membros na
107 reunião da tarde para o suporte e integração entre as duas Câmaras. O coordenador da CTEG,
108 Markus Stephan (ADEFIMPA-RJ) agradeceu a presença de todos e a reunião foi finalizada às
109 12h25min. Eu, Bruno Cardoso, tomei a termo esta ata que segue assinada por:

110
111
112

Markus Stephan W. Budzynkz (ADEFIMPA-RJ)
Coordenador da CTEG

Amisterdan Ribeiro Cristo (P.M. Pirai)
Sub-coordenador da CTEG

113
114 **Membros Presentes: Usuários:** Janaína da Silva Vettorazzi (CK Paracambi); Sabina Campagnani
115 (Furnas Centrais Elétricas). **Sociedade Civil:** Candida Serrão, representando Wladimir Loureiro (FAM-
116 RIO); Markus Stephan (ADEFIMPA-RJ); Jaime Henrique N. dos Santos (SINTSAMA-RJ); Decio Tubbs
117 Filho (ABAS-RJ); **Órgãos de Governo:** Amisterdan Ribeiro Cristo (P.M. Pirai); Monique de Oliveira
118 Fontes (P.M. Itaguaí); Luiz Fernando Duarte de Moraes (EMBRAPA); José Arnaldo dos Anjos de Oliveira
119 (P.M. Nova Iguaçu). **Membros Ausentes:** Camila Azevedo de Souza (Light Energia); Mayná Coutinho
120 Morais (CEDAE-San.).

121 **Convidados:** Marcia Souza (NEPP); Mariluci Martelleto (PESAGRO-Rio); Uiara Martins (CREA-RJ);
122 Wladimir Loureiro (FAM-Rio); Luna Pedrosa (FAM-Rio); Luis Augusto Martins; Marcelo Danilo (ANAGEA-
123 RJ); Carlos Eduardo Martins (FONASCH-CBH); Mauro Pereira (Defensores do Planeta); Clemio Sampaio
124 (ACAMPAR-RJ); Nelson Reis Filho (APEDEMA-RJ).